



**2018/2094(INI)**

14.11.2018

# **PARECER**

da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

dirigido à Comissão dos Assuntos Constitucionais

sobre o ponto da situação do debate sobre o Futuro da Europa  
(2018/2094(INI))

Relator de parecer: Ivan Jakovčić

PA\_NonLeg

## SUGESTÕES

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural insta a Comissão dos Assuntos Constitucionais, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

- A. Considerando que os produtos agrícolas da União são parte integrante do desenvolvimento económico em termos de produção e transformação, bem como do património cultural e gastronómico vivo da União, e reforçam a coesão territorial e social, assim como as tradições locais e regionais; que se regista uma procura crescente de produtos tradicionais e de elevada qualidade a nível europeu e mundial; que o futuro da União depende também da existência de zonas rurais prósperas e dinâmicas, assim como de um vasto território rural;
  - B. Considerando que a agricultura e a silvicultura desempenham um papel central na gestão eficaz das terras para combater as alterações climáticas com base no respeito dos acordos internacionais, salvaguardando, ao mesmo tempo, a saúde pública em todas as suas vertentes;
  - C. Considerando que os principais críticos da União apontam para uma discrepância entre as ações propostas pela União e a sua concretização a nível nacional e local, e que a retirada do Reino Unido terá um impacto relevante no futuro financiamento da União;
  - D. Considerando que, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a procura mundial de alimentos registará um aumento de 70 % até 2050 ; que a nova política agrícola comum (PAC) deve assegurar um valor acrescentado económico para a agricultura, melhorar a sua produtividade com menos recursos disponíveis e promover uma concorrência leal, bem como alimentos saudáveis e de alta qualidade a preços razoáveis; que esses objetivos da PAC devem continuar a ser elementos determinantes para o futuro da Europa;
  - E. Considerando que a igualdade de género é um objetivo nuclear da UE e dos seus Estados-Membros; que muitos dos papéis desempenhados por mulheres nas zonas rurais ajudam a manter a viabilidade das explorações agrícolas e o dinamismo das comunidades rurais; que os esforços para evitar o despovoamento das zonas rurais estão ligados às oportunidades para as mulheres e os jovens, e que as mulheres das zonas rurais se confrontam ainda com numerosos desafios;
1. Frisa a importância da política agrícola comum (PAC), apoiada por um orçamento com um financiamento adequado; recorda a importância fulcral da PAC para a história da União; sublinha o papel fundamental que a PAC desempenha na salvaguarda de zonas rurais pujantes e de um abastecimento alimentar seguro; observa que a futura reforma da PAC é uma oportunidade para reforçar a consecução destes objetivos; lembra que a PAC continua – e deve continuar a ser – uma das políticas mais importantes e mais integradas, e que prosseguirá o seu contributo para a construção do futuro da Europa mediante uma maior integração, preservação do ambiente, segurança alimentar e proteção dos cidadãos da UE;
  2. Salienta que a agricultura europeia desempenha um papel vital na alimentação do planeta e na criação de emprego para 46 milhões de pessoas; destaca os muitos desafios

decorrentes de crises e de comerciais internacionais; sublinha que as medidas legislativas da União para combater as práticas comerciais desleais visam assegurar uma cadeia de abastecimento alimentar mais sustentável, em prol dos agricultores e dos consumidores;

3. Salaria que as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural têm um elevado potencial de fornecimento de bens públicos; realça que a agricultura não só é responsável pelo fornecimento de matérias-primas e de produtos à indústria alimentar e a outras indústrias, como tem também uma forte influência no ambiente e no meio rural; considera, por isso, que a qualidade ambiental da União está muito dependente da gestão dos recursos e de uma gestão aplicada a nível das explorações;
4. Subscreeve o objetivo de longo prazo de transição para um modelo agrícola europeu orientado para o mercado e sustentável que aumente a competitividade e reduza a necessidade de apoio ao rendimento dos agricultores; solicita um alinhamento da PAC com as restantes políticas da União e frisa a necessidade de uma disciplina orçamental geral; salienta que, sempre que sejam necessários aumentos orçamentais para determinadas prioridades, os cortes devem ser feitos em primeiro lugar, e sobretudo, noutras rubricas;
5. Destaca a necessidade de simplificar verdadeiramente a PAC, visando uma política centrada em resultados e realizações, e não tanto na conformidade; entende que a PAC tem de ser mais orientada para o mercado, proporcionando aos agricultores uma menor dependência das ajudas públicas e aumentando a competitividade no setor;
6. Realça que o problema crescente do despovoamento das zonas rurais deve ser enfrentado com ações específicas e sinergias das políticas da União, com vista a promover a sustentabilidade do setor agrícola europeu, apoiando e incentivando, assim, os jovens agricultores dessas zonas; recorda que a renovação geracional é um desafio que os agricultores enfrentam em muitos Estados-Membros;
7. Sublinha o papel desempenhado pela PAC na manutenção da saúde e do estado do solo, da água e de outros recursos naturais; salienta que os produtores agrícolas europeus estão empenhados nas boas práticas ambientais e nas metas estabelecidas para combater as alterações climáticas;
8. Destaca a importância da produção biológica e das indicações geográficas, assim como das respetivas sinergias, que beneficiam tanto os produtores como os consumidores; recorda a importância do acesso à inovação e do bom funcionamento da cadeia alimentar; apela a que um dos pilares da nova PAC seja consagrado às prioridades que criam postos de trabalho e asseguram a mais elevada qualidade dos produtos agrícolas e géneros alimentícios da UE;
9. Realça o papel crucial da agricultura nas prioridades da União relativas à atenuação do efeito das alterações climáticas e à promoção de um desenvolvimento sustentável; reitera, neste contexto, a necessidade de um orçamento sólido e adequado para a agricultura;
10. Chama a atenção para o declínio dos rendimentos agrícolas na UE, causado pelo aumento dos custos de produção e pela volatilidade dos preços, que têm um impacto

negativo na capacidade dos agricultores para manter a produção; destaca os custos que os agricultores europeus têm de suportar para cumprir as normas mais exigentes do mundo em matéria de segurança alimentar, ambiente, bem-estar dos animais e trabalho; sublinha que a PAC tem de compensar os agricultores pelo fornecimento de bens públicos à sociedade;

11. Salienta que os regimes de qualidade das indicações geográficas (denominação de origem protegida, indicação geográfica protegida e especialidade tradicional garantida) protegem os nomes dos produtos contra a utilização abusiva, aumentam a sua visibilidade e o seu valor no contexto de acordos internacionais, bem como os rendimentos dos agricultores e reforçam a confiança dos consumidores; realça que a utilização do logotipo europeu, tal como a utilização de termos que indicam a origem ou a qualidade, confere uma maior visibilidade e garante a qualidade dos produtos agrícolas destinados à exportação;
12. Insiste em que se consagre especial atenção aos agricultores que tenham de fazer face a custos adicionais devido a limitações específicas relacionadas com zonas naturais de elevado valor, como as zonas montanhosas, as ilhas, as regiões ultraperiféricas e outras zonas menos favorecidas; considera que, mercê das suas limitações específicas, o financiamento da PAC é de importância vital para estas regiões e que qualquer redução teria consequências muito prejudiciais para muitos produtos agrícolas; insta os Estados-Membros a desenvolverem e implementarem regimes de qualidade, para dar aos produtores interessados a possibilidade de os aplicar rapidamente;
13. Recorda o apoio do Parlamento, em 2015, à extensão das indicações geográficas aos produtos não agrícolas; entende que essa extensão deve ser seriamente considerada no debate sobre o Futuro da Europa, dado o seu potencial para apoiar as zonas rurais, ao adicionar valor aos produtos tradicionais e ao criar emprego; urge a Comissão a apresentar com celeridade uma proposta legislativa com vista a alargar as indicações geográficas aos produtos não agrícolas;
14. Frisa a necessidade de realizar mais investimentos na agricultura e nos sistemas agroalimentares, bem como de aumentar a despesa na investigação e no desenvolvimento, de forma a promover a inovação, apoiar um aumento da produção sustentável e encontrar melhores formas de dar resposta a problemas como a escassez da água e as alterações climáticas;
15. Destaca a riqueza dos alimentos e sabores europeus e as variedades gastronómicas da Europa; realça, por conseguinte, a necessidade de preservar os produtos e sabores tradicionais regionais e locais da Europa, através de instrumentos da PAC como os programas de apoio ao desenvolvimento rural;
16. Sublinha a importância de uma PAC reformada e devidamente financiada, para dar resposta ao maior número possível de desafios enfrentados pela União no futuro, em particular as alterações climáticas; recorda que a PAC deve apoiar os agricultores de forma mais eficiente, para fazer face às crises agrícolas; frisa a importância da futura PAC no fomento da inovação, da investigação e do desenvolvimento e recorda que cumpre ter em conta os objetivos da PAC na elaboração do futuro programa Horizonte Europa;

17. Realça o papel que os jovens agricultores desempenham na competitividade atual e futura da agricultura europeia e na produção garantida de alimentos; salienta que a agricultura é mais do que uma mera atividade económica, sendo igualmente uma parte essencial de uma União Europeia sustentável; destaca a importância da geração mais jovem para o futuro da Europa;
18. Recorda o contributo das mulheres que vivem nas zonas rurais, enquanto empresárias e promotoras do desenvolvimento sustentável; salienta a necessidade de desenvolver o seu potencial no domínio da agricultura sustentável e a resiliência nas zonas rurais; insta, por isso, a que seja prestado um maior apoio às explorações agrícolas familiares e aos jovens agricultores, bem como ao emprego na agricultura nas zonas rurais, em particular, para os jovens agricultores;
19. Destaca a importância da inovação e investigação, principalmente no domínio do melhoramento e da seleção de plantas, para que a União seja capaz de competir plenamente com o resto do mundo nesta área;
20. Realça que as políticas estruturais e de coesão, assim como a PAC, reduzem a distância entre a União e os seus cidadãos, ao promoverem a integração a nível local e ao garantirem um desenvolvimento territorial equilibrado, em particular nas zonas rurais, periféricas e desfavorecidas; salienta, por conseguinte, a importância de apoiar o desenvolvimento rural e a agricultura biológica no quadro da PAC;
21. Destaca a necessidade de preservar a diversidade da agricultura na UE e reconhece que os mercados locais abastecidos com produtos agrícolas frescos e produzidos localmente são sustentáveis do ponto de vista ambiental e prestam apoio às comunidades agrícolas já existentes; solicita uma melhor promoção das cadeias curtas de abastecimento;
22. Salienta que a PAC contribui para preservar a viabilidade das zonas desfavorecidas, designadamente as zonas montanhosa, desempenhando, assim, um papel essencial para evitar o abandono e o despovoamento de muitas regiões europeias;
23. Sublinha a importância do desenvolvimento rural no apoio a uma agricultura multifuncional e na promoção de parcerias entre agricultores, comunidades locais e sociedade civil, bem como de oportunidades empresariais suplementares, de molde a gerar receitas provenientes de atividades económicas diversificadas;
24. Salienta que o atual êxodo rural exige uma interação entre os instrumentos da PAC e a política de coesão, por forma a aumentar a atratividade das zonas rurais;
25. Sublinha que a PAC não se cinge apenas à agricultura e aos agricultores, mas que procura também apoiar e desenvolver as comunidades rurais mais vastas nas quais estes exercem a sua atividade; faz notar que a União deve reforçar a sua política de desenvolvimento rural, a qual incide num vasto conjunto de matérias, desde o apoio a empresas em fase de arranque nas zonas rurais e o acesso à banda larga, até aos desafios ambientais ou sociais específicos enfrentados pelas populações rurais;
26. Reconhece o problema preocupante da fome que afeta o nosso planeta e considera, portanto, que a União deve procurar fortalecer a resiliência perante as crises alimentares, garantindo, assim, a existência de alimentos em quantidade suficiente,

nutritivos e a preços acessíveis e contribuindo para alcançar um «Mundo Sem Fome»;

27. Sublinha que os incentivos atualmente previstos para as culturas energéticas sustentáveis não devem, de forma alguma, comprometer a segurança alimentar dos cidadãos;
28. Sublinha a importância do desenvolvimento rural, incluindo da iniciativa Leader, no apoio a uma agricultura multifuncional e na promoção de atividades e oportunidades empresariais suplementares, para gerar receitas do agroturismo e garantir regimes agrícolas apoiados pela comunidade, assim como a prestação de serviços sociais nas zonas rurais;
29. Insta os Estados-Membros a facilitarem os intercâmbios de boas práticas entre os agricultores europeus, com o intuito de fomentar a cooperação e reforçar a identidade europeia.

## INFORMAÇÕES SOBRE A APROVAÇÃO NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

<b>Data de aprovação</b>	12.11.2018
<b>Resultado da votação final</b>	+: 25 -: 8 0: 3
<b>Deputados presentes no momento da votação final</b>	John Stuart Agnew, Clara Eugenia Aguilera García, Eric Andrieu, José Bové, Daniel Buda, Matt Carthy, Jacques Colombier, Michel Dantin, Paolo De Castro, Albert Deß, Diane Dodds, Herbert Dorfmann, Norbert Erdős, Luke Ming Flanagan, Karine Gloanec Maurin, Martin Häusling, Jan Huitema, Peter Jahr, Ivan Jakovčić, Jarosław Kalinowski, Zbigniew Kuźmiuk, Norbert Lins, Philippe Loiseau, Giulia Moi, Ulrike Müller, Maria Noichl, Marijana Petir, Maria Lidia Senra Rodríguez, Czesław Adam Siekierski, Tibor Szanyi, Maria Gabriela Zoană, Marco Zullo
<b>Suplentes presentes no momento da votação final</b>	Franc Bogovič, Maria Heubuch, Anthea McIntyre, Momchil Nekov, Hilde Vautmans, Miguel Viegas, Thomas Waitz



## VOTAÇÃO NOMINAL FINAL NA COMISSÃO ENCARREGADA DE EMITIR PARECER

25	+
ALDE	Ivan Jakovčić, Ulrike Müller, Hilde Vautmans
ECR	Anthea McIntyre
EFDD	Giulia Moi, Marco Zullo
NI	Diane Dodds
PPE	Franc Bogovič, Daniel Buda, Michel Dantin, Albert Deß, Herbert Dorfmann, Norbert Erdős, Peter Jahr, Jarosław Kalinowski, Norbert Lins, Marijana Petir
S&D	Clara Eugenia Aguilera García, Eric Andrieu, Paolo De Castro, Karine Gloanec Maurin, Momchil Nekov, Maria Noichl, Tibor Szanyi, Maria Gabriela Zoană

8	-
EFDD	John Stuart Agnew
GUE/NGL	Matt Carthy, Luke Ming Flanagan, Maria Lidia Senra Rodríguez, Miguel Viegas
VERTS/ALE	José Bové, Martin Häusling, Thomas Waitz

3	0
ALDE	Jan Huitema
ENF	Jacques Colombier, Philippe Loiseau

Legenda dos símbolos:

+ : votos a favor

- : votos contra

0 : abstenções